

ESCOLA PÚBLICA: TRABALHO PRODUTIVO OU IMPRODUTIVO?

Laura Cristina Vieira Pizzi*

A temática envolvendo escola, trabalho produtivo e improdutivo, assumiu destaque nos últimos anos juntamente com as discussões em torno da natureza do trabalho escolar. Assim, para entender o processo de trabalho escolar, era necessário sair dos muros da escola e investigar o trabalho, no caso, o trabalho capitalista. Não bastava simplesmente entender o trabalho no capitalismo, era necessário entendê-lo no seu contexto político-econômico, o que resultou numa profunda crítica a esta forma histórica de organização social e técnica de produção de homens e bens sociais.

Um dos autores mais estudados foi Marx e a economia política por ele elaborada. Tomado como ponto de partida, as elaborações decorrentes foram as mais complexas. Este trabalho será uma tentativa de sintetizar tal percurso, problematizando-o e apontando alguns de seus impasses.

OS CONCEITOS EM MARX

Partindo de uma perspectiva puramente econômica, já é possível afirmar, de antemão, que a escola pública é um trabalho improdutivo, uma vez que não participa diretamente da produção de mais-valia ou de qualquer outra espécie de lucro, na divisão social do trabalho capitalista.

Trabalho improdutivo, nesta mesma linha de análise, seria exatamente o contrário, ou seja, todo o trabalho que não produz lucro, não existindo para enriquecer um capitalista.

Para melhor entender o conceito de trabalho produtivo em oposição ao improdutivo, Marx assim o define:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem que

* Professora da Universidade Federal de Alagoas.

produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (Marx, 1985-II:105)

Marx, nesta passagem, refere-se apenas ao trabalho cujo produto se constitui numa mercadoria produzida no processo de produção material, uma vez que este é o objeto de sua análise. Por outro lado, não desconsidera que o trabalho não-material, onde a escola se situa, pode ser um trabalho não-material, onde a escola se situa, pode ser um trabalho produtivo. Um exemplo disso são as escolas privadas, cujo objetivo transcende a mera prestação de um serviço cultural e social.

Para Marx, o que define um trabalho produtivo não é a natureza material ou não-material do produto final, mas a relação social envolvida na execução deste trabalho no processo de valorização capitalista. Esta relação envolve o comprador da força de trabalho, o capitalista, e o seu vendedor, o trabalhador.

A razão de ser desta relação de compra e venda da força de trabalho é o lucro. O trabalhador passa a ser uma mercadoria, mas não uma mercadoria qualquer. Na realidade, ele é a única mercadoria capaz de gerar trabalho excedente para o capital (mais-valia). Em outras palavras, o trabalhador é a única mercadoria potencialmente lucrativa para o capitalista.

Esta relação de compra e venda da força de trabalho fica clara em Marx na seguinte passagem, onde o autor fornece exemplos fora da esfera da produção material. O trabalho não-material passa a ser também um trabalho produtivo ao entrar na relação social de compra e venda com o objetivo de enriquecer o capitalista:

O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e o efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. (Marx, 1985-II:105-106)

Trabalho produtivo material e trabalho improdutivo não-material estão aparentemente em pólos opostos no processo, no qual um decorre do outro. Harry Braverman, na mesma linha de Marx, argumenta que o aumento do

setor de prestação de serviços sociais, de trabalhos não-materiais, entre os quais se encontra o trabalho escolar e o de saúde, é consequência direta da hegemonia das atividades industriais. Isto significa que

... a conquista completa das atividades industriais, correspondendo à acumulação de capital nelas, e a junção dessas reservas de trabalho e capital no terreno de novas indústrias; e o inexorável crescimento das necessidades de serviços à medida que a nova forma de sociedade destrói as antigas formas de cooperação mútua social, comunitária e familiar. (Braverman, 1980:303)

Desta forma, os próprios serviços sociais existentes nas sociedades capitalistas foram gerados pelo processo de hegemonia do modo de produção capitalista. As atividades, antes realizadas na família e na comunidade, vão aos poucos se especializando e incorporando-se na esfera privada (trabalho produtivo) e pública (trabalho improdutivo).

Os serviços são definidos por este último autor como um tipo de trabalho onde o valor produzido está nele mesmo, no seu efeito, uma vez que não produz uma mercadoria.

... os próprios efeitos do trabalho transformam-se em mercadoria. (Braverman, 1980:304)

O que significa dizer que, mesmo não produzindo uma mercadoria que deve ir para as lojas de revenda, o trabalho não-material pode ser vendido e gerar lucro ao capitalista.

Mas, para o capital, a forma que o trabalho assume-se material ou não-material - não é a questão central. O mais importante é a possibilidade de extrair o lucro através da relação social capitalista, que converte o trabalhador em assalariado, expropriado de qualquer outra forma de sobrevivência, e o trabalho convertido em trabalho produtivo, alienado e alienante, um trabalho que perde suas características de produtor do homem e do social.

Mas por quê haveria necessidade de ter serviços sociais não-produtivos no capitalismo, se a sua intensão exclusiva é a extração da mais-valia não realizada em tal âmbito?

O objetivo do capital neste momento não é mais a produção do lucro imediato, e sim garantir a sua expansão. Tal expansão se daria através da legitimação e da consolidação do modelo social capitalista. É necessário, para o capital, garantir um contexto social minimamente estável, valendo-se do Estado para isto.

Através do Estado, o sistema social capitalista mantém, em alguma medida, o equilíbrio entre as classes sociais antagônicas. O setor de serviços sociais públicos tem o intuito de atender demandas assistenciais que o próprio sistema cria, mas não soluciona completamente. O Estado faria esta tarefa, contratando trabalhadores para atuar nestes serviços em troca de salários pagos com uma parte do excedente de mais-valia arrecadado com os impostos.

Vale lembrar que o próprio trabalhador paga por este serviço, pois também paga impostos, tanto pela via direta, quanto pela indireta, através das mercadorias que consome.

Os capitalistas, em alguns momentos, se dispõem a repassar parte, de certa forma pequena, do seu lucro ao Estado, para obter a aceitação dos seus projetos político e econômico por parte do trabalhador.

Deve-se necessário ressaltar que esses "benefícios" não são dados gratuitamente. Eles são obtidos através de lutas históricas do trabalhador coletivo contra as condições degradantes de vida que o capital lhe impõe.

Braverman chama atenção para outro aspecto do trabalho. Ambos, trabalho material e não-material, são igualmente úteis ao capital e tendem a ser cada vez mais confundidos na sua organização interna. Segundo o autor, tomam-se gradativamente uma "massa indiferenciada", conseqüência da simplificação das tarefas. Este processo iniciou-se no trabalho produtivo material e tende a estender-se ao não-material.

Uma última discussão em torno das características do trabalho produtivo, aponta o trabalho assalariado como um elemento de destaque. Existem trabalhadores assalariados tanto na esfera produtiva quanto na improdutiva, mas isto não é suficiente para definir e enquadrar todas as relações que envolvem um empregador e empregados como relações produtivas. Um pessoa pode receber salário por uma atividade não-produtiva.

A DISCUSSÃO NO BRASIL

Conforme o exposto até aqui, depreendemos que apenas a escola particular adequa-se melhor na definição de trabalho produtivo, e, mesmo que muitas de pequeno porte mal consigam sobreviver, a relação capitalista essencial, de compra e venda da força de trabalho, permanece.

No entanto, esta problematização traz como eixo de preocupação as escolas da rede pública, indicando que são instituições que realizam um trabalho improdutivo, não por representarem um trabalho não-material, mas por não serem economicamente produtivas ao capital e não produzirem no seu interior as mesmas relações sociais existentes na escola privada. A escola pública não tem um proprietário explicitamente capitalista (o Estado) e nem serve para enriquecê-lo.

Entre os autores nacionais, vários seguem a teoria marxista para definir o conceito de trabalho produtivo.

Dermeval Saviani, ao buscar uma definição genérica para o trabalho escolar, desconsidera os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo sob a argumentação de que estes contribuem para a fragmentação da luta dos professores. Nas suas palavras:

A tentativa de aplicar ao trabalho docente a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo conduziria a colocar os professores das escolas particulares do lado do trabalho produtivo, já que geram mais-valia para os empresários das fábricas de conhecimento, ao passo que os professores das escolas públicas seriam colocados ao lado do trabalho improdutivo, uma vez que tais escolas seriam entendidas como entidades de prestação de serviço público. (Saviani, 1986:85-86)

Tal afirmação avalia parcialmente o problema, uma vez que tanto a escola pública quanto a privada prestam um tipo especial de serviço ao público: a formação de cidadãos.

Ao argumentar que os referidos conceitos fragmentam as lutas da categoria docente, o autor parece desconsiderar outros fatores que muito contribuem para a sua divisão e seu corporativismo. Pode-se ressaltar ainda que, tomar o trabalho escolar de forma genérica, situando-o no âmbito da "produção não-material", como sugere o autor, muito pouco contribui no sentido

de transformar as lutas da categoria mais unificadas na prática. A categoria docente é plural, estando submetida à específicas relações e processos de trabalho, tanto na esfera pública quanto na privada, dificultando sua integração. Mariano Enguita (1991) faz uma boa discussão sobre este tema.

Saviani propõe que a natureza do trabalho escolar seja entendida como um trabalho não-material. A seu ver, isto impediria que se estabelecesse uma relação mecânica entre o "modo de produção da escola" e o modo de produção fabril.

Este tem sido o ponto de partida das análises que se preocupam em construir um eixo explicativo para a organização do trabalho escolar. Consideram a escola uma instituição superestrutural realizadora de um trabalho não-material. Os problemas começam a surgir quando estas premissas são abandonadas e os autores voltam a adotar e construir conceitos, a partir das categorias desenvolvidas por Marx, para explicar a natureza do trabalho escolar.

A construção do conceito de trabalho escolar fica assim definida por Saviani, remetendo-se ao que considera o elemento principal do ato educativo: a aula.

O ato de dar aulas é inseparável da produção desse ato e do consumo desse ato. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo: produzida pelo professor e consumida pelos alunos. (Saviani, 1986:81)

Este tem sido um parâmetro dominante utilizado para definir a natureza do trabalho escolar. Saviani justifica a impossibilidade de associá-lo ao processo de trabalho capitalista pelo seguinte motivo: "produção" e "consumo" são inseparáveis no trabalho escolar, configurando a característica principal do trabalho não-material, definido por Marx.

Alguns outros autores seguiram esta mesma definição, tais como Celestino Alves da Silva Júnior (1990) e Víctor Paro (1988) ao tratar da Administração Escolar. Este último autor desenvolve o conceito de "processo de produção pedagógico" com riqueza de detalhes.

Sendo o aluno beneficiário imediato do processo de produção pedagógico, é legítimo concluir que o tipo de trabalho material que tem lugar na escola caracteriza-se

pela presença do consumidor no ato da produção. (Paro, 1988:140)

Sem entrar exaustivamente no mérito destes esforços de sistematização do conceito de trabalho escolar, faz-se necessário destacar algumas conseqüências deste tipo de análise. A primeira se refere à elaboração destes conceitos. Apesar de serem tentativas que buscam justificar e demonstrar que o trabalho escolar é de natureza diferente do trabalho fabril, os conceitos são praticamente os mesmos, redundando numa análise demasiadamente mecânica.

A segunda, de ordem mais prática, refere-se às conseqüências políticas para a categoria docente, principalmente da escola pública. Ao tomar a escola e a sala de aula em abstrato, via conceito de trabalho não-material, tais análises favorecem entendimentos tendenciosos sobre quem deve de fato avaliar o trabalho docente.

Se, por um lado, promete avançar ao apontar que o trabalho docente não deve ser controlado e avaliado pelos diretores e outros especialistas hierarquicamente superiores, garantindo a sua autonomia profissional, por outro lado recua ao colocar nas mãos do aluno esta avaliação. A justificativa é simples: "o aluno é o "consumidor" legítimo da aula. Portanto, cabe a ele saber avaliar se o "produto" que está consumindo é de boa qualidade, ou não. Isto é uma relação de troca típica do modelo capitalista, tão duramente criticado. Além de equivocada, esta não é uma prática democrática. Ela tende, na verdade, a favorecer o escamoteamento de quem realmente está avaliando e controlando o trabalho dos professores através dos alunos, no caso, os mesmos sujeitos que antes tomavam para si esta tarefa, apenas de forma mais explícita.

A avaliação do trabalho do professor na escola onde atua não deve ficar reduzida às avaliações simpáticas, ou não, dos alunos. A interação professor/aluno tem subjetividades que extrapolam a competência real do professor. Esta é uma discussão que deve partir do sindicato da categoria e permear as reflexões feitas cotidianamente por cada professor nas suas atividades e reflexões individuais e coletivas, e, se possível, com a participação dos alunos.

Um autor que se destaca numa tentativa de superação da dicotomia trabalho produtivo/improdutivo e do seu caráter exclusivamente econômico é Gaudêncio Frigotto. O autor busca as mediações entre ambos.

Usualmente as análises sobre a expansão dos serviços enveredam por interpretações que os citam como improdutivos, não-necessários' ao processo de acumulação do capital, ou apenas como o locus onde se resolve o problema do desemprego . (Frigotto, 1986:155)

Mais adiante completa:

O trabalho produtivo, então, no interior do movimento de valorização do valor, vai pondo seu outro - trabalho improdutivo - e, embora efetivamente sejam distintos, são partes de um mesmo movimento total da produção, circulação e realização do valor, da acumulação do capital. (Frigotto, 1986:156)

Frigotto leva em consideração todas as etapas do processo de acumulação do capital que não se limita ao processo produtivo. Ao mesmo tempo busca a mediação que situa a escola enquanto uma instituição indiretamente "produtiva" na divisão social e técnica do trabalho no sistema capitalista. A "improdutividade" da escola é abordada pelo autor através do que é considerado o seu papel social, qual seja, a transmissão do saber na formação trabalhador produtivo nos diferentes postos que irá ocupar. Sobre isto, vale uma extensa, mas elucidativa citação do autor:

... a escola enquanto instituição produtora ou simplesmente sistematizadora e divulgadora de saber - e de um saber que no interior da sociedade capitalista é força produtiva comandada pelos interesses do capital, ainda que não exclusivamente - tem uma contribuição nula ou marginal na qualificação para trabalho produtivo material imediato, tendo em vista a desqualificação crescente deste tipo de trabalho, o mesmo não ocorre em termos de fornecimento de um certo nível de conhecimento objetivo e elementar para a grande massa de trabalhadores, e/ou de um saber mais elaborado para minorias que atuam em ocupações a nível de gerência e planejamento, supervisão, controle, e mesmo para determinadas funções técnicas das empresas capitalistas de capital privado ou 'público'. (Frigotto, 1986:153)

Assim, a escola pública no capitalismo, apesar de economicamente improdutiva, é também "produtiva" e necessária ao capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, as discussões em torno dos conceitos de produtividade/improdutividade na educação perpassam um problema de fundo, relacionado ao novo momento de crise do sistema de produção capitalista e às novas formas de organização do processo de trabalho decorrentes, o que demanda um estudo mais atento e empírico.

Na educação parece haver um certo entendimento geral sobre os impasses que estes conceitos produzem, quando mecanicamente elaborados, contribuindo muito pouco para o entendimento da natureza do trabalho escolar e o da escola pública em particular.

Para finalizar, algumas questões serão ainda ressaltadas. Em primeiro lugar, o trabalho escolar da rede pública, apesar de economicamente improdutivo, pode ser analisado através do que o define como tal, a sua participação na formação dos trabalhadores produtivos. Uma compreensão adequada da organização do trabalho escolar aponta pelo menos dois aspectos implicados na formação do trabalhador e que são partes constitutivas da atividade pedagógica *strictu sensu*. De um lado os conteúdos transmitidos e de outro as relações sociais escolares.

Ambos aspectos constituem a natureza do trabalho escolar, uma vez que formam os agentes que irão atuar nos diferentes postos da divisão social e técnica do trabalho capitalista.

Avaliar de que forma tais aspectos se dão nas diferentes escolas requer estudos minuciosos e que desvelam as práticas sociais existentes no seu interior.

BIBLIOGRAFIA

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- ENGUITA, Mariano. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. *Teoria e educação*, Porto Alegre: n.4, p. 41-61, 2º sem. 1991.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da Escola Improdutiva*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova cultural, 1985. Vol. II.

_____. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol. I.

PARO, Víctor. *Administração escolar*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1988.

PIZZI, Laura C.V. *A Organização do trabalho escolar e os Especialistas da educação*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992. Dissertação de Mestrado.

SAVIANI, Dermeval. *Ensino Público e algumas falas sobre a Universidade*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1986.

_____. *Escola e Democracia*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1985.

SILVA, Celestino Alves S.J. *A escola pública como local de trabalho*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1990.